

# Horizonte da Dívida

As eleições americanas ainda estão no horizonte, mas já há quem aposte numa vitória do candidato republicano, George Bush, e no próximo reequacionamento da questão da dívida externa dos países em desenvolvimento. É pouco provável que um sucessor republicano na Casa Branca dê guinadas radicais na estratégia seguida por Washington, que reflete o grande peso dos bancos de Wall Street.

Mais realista que esperar resultados da pressão de países latino-americanos (sejam eles 8 ou 10) seria ampliar o diálogo com os bancos, cujas direções vêm se convencendo da necessidade de inovar no tratamento da dívida, se não ameaçadora, pelo menos incômoda para seus balanços e portfólios a longo prazo.

É grande o número de propostas alternativas sobre a mesa: os alemães têm uma, os japoneses outra, e bancos como o Morgan ou o Boston também se apresentam com roteiros prontos que poderiam ser adotados se, e quando, houvesse uma orquestra afinada no meio financeiro internacional e no meio diplomático.

O México enveredou por um caminho original com a ajuda do Tesouro Americano. O Brasil — melhor seria dizer o mercado de capitais brasileiro — vem mostrando que — quer o setor público queira, quer não — as conversões de dívida por capital se realizam. O que estabelece um teto para essas opera-

ções é o ágio entre o dólar oficial e o paralelo, além, naturalmente, do risco político que influi no oferecimento de deságios.

A proximidade de eleições em novembro nos Estados Unidos naturalmente pode melhorar as condições de diálogo, pois o que menos um candidato republicano desejaria a esta altura seria um terremoto de nações endividadas pairando como uma sombra sobre as cotações dos papéis em Wall Street. O aceno do candidato George Bush pode ter uma *leitura* nessa direção.

Mesmo assim, a reunião do Grupo dos Oito em Punta Del Este só terá conseqüências se sair da oratória diplomática para o campo concreto das negociações com a comunidade financeira internacional, que já aprendeu a conviver com as ameaças do dominó da dívida latino-americana.

O governo deveria agir com rapidez, convocando os bancos que têm propostas para o seu debate objetivo. Apenas a título de exemplo, existem hoje planos e idéias concretas partidos do First Boston, do Lazard Frères, do Banco Mundial, do Deutsche Bank, de administradores de fundos e de um sem-número de organizações preocupadas com o endividamento dos países pobres. É preciso administrar tais propostas, e o Brasil está em condições privilegiadas para fazê-lo. Tanto pelo tamanho do problema quanto pela possibilidade de solução.